

TRAÇOS DE AGENTIVIDADE EM CONSTRUÇÕES PSEUDOPREDICATIVAS DE FINGIMENTO

TRACES OF AGENTIVITY IN PSEUDOPREDICATIVE PRETEND CONSTRUCTIONS

Kátia Roberta Rodrigues-Pinto

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, MS, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-1403-4466>

katiarodriguespinto@gmail.com

Recebido em 05.07.2026

Aceito em 04.08.2026

Resumo: A proposta deste artigo se concentra em discutir a presença de traços de agentividade em Construções Pseudopredicativas de Fingimento, tais como *ela dá uma de santinha* e *eu não pago de dura*, como uma propriedade semântica gradiente. Essas construções se caracterizam por desempenharem uma função atributiva, referente ao processo relacional, no que tange a “relacionar um fragmento de experiência com outro” (Halliday; Matthiessen, 2004), ao conferir ao sujeito um estado fingido por meio do atributo descrito pelo *slot* predicativo. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a percepção do estado fingido é motivada por alguma atitude, conduta ou opinião de juízo do falante quanto a si ou a outrem. Assim, objetiva-se, de modo geral, analisar os traços de agentividade presentes na construção nos termos de Halliday (1967), Fillmore (1968), Chafe (1970; 1979), Jackendoff (1972), Dowty (1989; 1991), Ignácio (2007) e Cançado (2018). Para tanto, assume-se o quadro teórico-metodológico dos Modelos Baseados no Uso (Kemmer; Barlow, 2000), mais especificamente a Gramática de Construções de Goldberg (1995; 2003; 2006) associada às contribuições cognitivistas de Bybee (2016) e ao modelo de protótipo de Taylor (1995), no entendimento de que construção é o pareamento de forma e significado. Os dados analisados correspondem a usos retirados do Corpus do Português, *corpus Web Dialects*, (Davies, 2006) na atual sincronia, de modo que os resultados revelam que as construções pseudopredicativas de fingimento apresentam traços de agentividade do sujeito identificados, que são identificados a partir da relação entre estrutura argumental (propriedade de forma) e inferências semântico-pragmáticas (propriedade de significado).

Palavras-chave: Construções Pseudopredicativas de Fingimento. Traços de agentividade. Modelos Baseados no Uso.

Abstract: This paper focuses on discussing the presence of agency features in Pseudopredicative Constructions of Pretense, such as “she acts like a saint” and “I don’t play the tough girl,” as a gradient semantic property. These constructions are characterized by performing an attributive function, referring to the relational process, in terms of “relating one fragment of experience to another” (Halliday; Matthiessen, 2004) by conferring a feigned state to the subject through the attribute described by the predicative slot. It is assumed that the perception of the feigned state is motivated by some attitude, conduct, or opinion of the speaker regarding themselves or others. Thus, the general objective is to analyze the agency features present in construction in the terms of Halliday (1967), Fillmore (1968), Chafe (1970; 1979), Jackendoff (1972), Dowty (1989; 1991), Ignácio (2007), and Cançado (2018). To this end, the theoretical-methodological framework of Usage-Based Models (Kemmer; Barlow, 2000) is adopted, more specifically Goldberg’s Construction Grammar (1995; 2003; 2006) associated with the cognitivist contributions of Bybee (2016) and Taylor’s prototype model (1995), understanding that construction is the pairing of form and meaning. The data analyzed correspond to uses taken from the Corpus of Portuguese, Web Dialects corpus, (Davies, 2006) in the current synchronicity and the results reveal that the pseudopredicative constructions of pretense present traces of subject agency identified from the relationship between argument structure (property of form) and semantic-pragmatic inferences (property of meaning).

Keywords: Relational constructions of pretense. Traces of agentivity. Usage-Based Models.

EPIÍGRAFE

É necessário aproximar a língua em uso da língua normativa. Nem tudo cabe na regra e nem toda regra se aplica!

Maria Angélica Furtado da Cunha

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, as construções do processo relacional têm como protótipo da rede construções de estado com ser e estar (Ferreira, 2015) em que o processo relacional é marcado pela condição de identificar e de caracterizar uma experiência inerte na configuração da natureza do ser, de modo a relacionar duas partes; “diz-se que algo ‘é’ outra coisa” na relação entre dois domínios distintos (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 213), como em ‘ela é uma pessoa bonita e ela está feliz’. Pode-se constatar que o sujeito participante é um ser estático e não dispõe de energia para que o processo ocorra. Entretanto, ao se considerarem as Construções Pseudopredicativas de Fingimento em posição mais marginal à rede, infere-se que características são compartilhadas com o protótipo, permitindo integrarem a rede, como também características específicas e idiossincráticas. Logo, este estudo trata justamente do ponto mais saliente que difere as Construções Pseudopredicativas de Fingimento do protótipo da rede: a agentividade como propriedade semântica gradiente.

Sendo assim, o objetivo do presente artigo consiste em discutir os traços de agentividade em Construções Pseudopredicativas de Fingimento como uma propriedade semântica gradiente, considerando que tais construções possuem propriedades relativas ao processo relacional (Halliday; Matthiessen, 2004) e, portanto, função atributiva. As Construções Pseudopredicativas de Fingimento podem ser simbolicamente representadas pelo pareamento [Suj+V_{rel}+(X/Ø)+de+Predt] ↔ [atributiva], sendo estruturalmente compostas por sujeito, verbo relacional, presença ou ausência de material interveniente e predicativo encabeçado pela preposição de, cuja função é atribuir ao sujeito um estado fingido (Rodrigues-Pinto, 2021; 2026), conforme os exemplos abaixo:

(01) Dra. Afrodite, que é isso? Eu quis dizer que entendo o relacionamento entre homens e mulheres como algo necessário para a evolução de todos nós. Não acredito que se **fingir de santinha** seja a saída para nenhuma de vcs. Tampouco aprovo a traição, tanto de homens quanto de mulheres. (papodehomem.com.br)

(02) Eu não culpo Kawhi Leonard, que apesar de errar o possível lance livre que custou o título, mostrou muita personalidade e talento. Eu culpo Manu Ginobili e seus oito *turnovers* no jogo 6, muitos desses querendo **banciar uma de herói**. Além de não produzir, ele tomou várias decisões ruins de arremessos. (spinballnet.com.br)

(03) Como eu tinha acordado macho pra cacete e o décimo terceiro já tá vindo logo ali, vamo para as cabeças. Jun, lava lá a mão e me prepara o jantar, faz favor. Antes disso, me vê aquela carta de saquês mais grossa que a Bíblia que hoje eu quero **pagar de entendido** aqui no *post*. Hã... Deixa ver... Uma garrafa de Yamadanishiki, por favor. (destemperados.com.br)

(04) Não raras vezes, vemos pelo nosso *site* fotos de carros pertencentes a celebridades. Não que queiramos com isto **dar uma de revista de fofocas**, mas pensamos que seja do interesse de todos ir publicando alguns artigos sobre os carros de famosos dos quais vão aparecendo fotos... (autogespot.com)

Conforme observamos na perspectiva tradicional de gramática, classifica-se papel temático ou papel semântico¹ como uma relação de sentido estabelecida entre o verbo e os argumentos da oração. Mais especificamente, o papel semântico agente é atribuído ao sujeito das construções transitivas e intransitivas, porém não há um consenso estabelecido na literatura sobre sua definição, mas sim pontos de convergência.

Ademais, há o entendimento de que o agente demanda alguma ação (Halliday, 1967; Chafe, 1970; Cançado, 2018) ou atividade (Ignácio, 2007) e até mesmo ser o desencadeador de processos (Fillmore, 1968; Dowty, 1989). Contudo, não fica

¹ Para este estudo, adota-se a terminologia papel semântico.

claramente delimitado quais são os traços/propriedades que especificam o sujeito para atender esta prerrogativa e, se estendermos essa apreciação às construções relativas ao processo relacional, o papel semântico do sujeito agentivo é totalmente desconsiderado, pois, de acordo com Cançado (2018), “Quanto aos processos relacionais, também é impossível pensar no sujeito como tendo o papel de agente do processo, ou mesmo como tendo o papel de experienciador desse processo”.

Dessa forma, com base nas considerações feitas anteriormente, a perspectiva teórica adotada para este estudo se concentra em pressupostos funcionalistas e cognitivistas, que se convergem na visão de língua/gramática baseada no uso e nas experiências dos falantes ancorada nos Modelos Baseados no Uso (Kemmer; Barlow, 2000). Em consonância à teoria dos protótipos (Rosch, 1973; 1978; Lakoff, 1987; Taylor, 1995), os Modelos Baseados no Uso compreendem as categorias linguísticas como radiais e gradientes, ou seja, as categorias não estabelecem fronteiras rígidas, podendo ser compreendidas em um *continuum* e, portanto, parece sensato investigar/considerar que, dentre os tipos de processos de significado, certas propriedades semânticas possam ser compartilhadas, no caso, o papel semântico de agente da construção.

Sendo assim, feitas as considerações iniciais com a apresentação do objeto de estudo e a proposta de análise, este artigo segue para a apresentação dos fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa. O texto segue com a elucidação dos tipos de processos de significado, o conceito de papel semântico na literatura e a proposta do modelo de escalaridade dos traços de agentividade aplicado na análise das Construções Pseudopredicativas de Fingimento.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente seção apresenta os fundamentos teóricos que norteiam este estudo no que compete aos Modelos Baseados no Uso (Kemmer; Barlow, 2000), visto como uma corrente teórica que conjuga pressupostos do funcionalismo norte-americano e da linguística cognitiva. Dentre os princípios adotados pelos modelos teóricos que privilegiam o uso, vale destacar alguns pontos em comum: (i) a visão da língua como

resultado da experiência; (ii) a construção como unidade básica de análise; (iii) a organização da gramática em rede e (iv) os processos cognitivos de domínio geral.

Em primeiro lugar, devemos considerar que a linguagem humana é “instrumento de organização, processamento e transmissão de informação semântico-pragmática, e não como um sistema autônomo.” (Ferrari, 2016, p. 14). Por sua vez, a língua é fruto das experiências de mundo, sensoriais e motoras, de uma dada comunidade de fala, em que o contexto de uso e os fatores sociais são enfatizados para corporificação da linguagem, ou seja, as estruturas linguísticas são reflexo das nossas estruturas conceptuais, o que explica, em parte, o porquê de as línguas serem diferentes, uma vez que a perspectiva de vida e de realidade de mundo se difere entre os povos, a depender de fatores socioculturais e geopolíticos, por exemplo. No entanto, as línguas possuem certas similaridades e são “notoriamente moldadas pelos mesmos princípios” (Bybee, 2016, p. 17), sendo compreendidas como um sistema adaptativo complexo, sistematicamente organizadas e, portanto, dotadas de regularidades, mas também são maleáveis, tais como dunas de areia, por analogia, suscetíveis à variação de estruturas linguísticas emergentes que competem entre si (na sincronia) e à mudança (na diacronia). Vejamos a assertiva de Bybee (2016) acerca da analogia feita:

As dunas de areia têm regularidades aparentes de formato e estrutura, contudo elas também exibem considerável variação entre instâncias individuais, assim como gradência e mudança ao longo do tempo. A língua também é um fenômeno que exhibe estrutura aparente e regularidades de padrões enquanto, ao mesmo tempo, mostra variação considerável em todos os níveis [...] (Bybee, 2016, p. 17).

Por sua vez, adota-se a construção como unidade básica de análise, constituída pelo pareamento forma-significado de “uma unidade simbólica convencional” (Langacker, 1987; Croft, 2001; 2005). De acordo com a Gramática de Construções de Goldberg (1995; 2003; 2006), as construções são definidas como pares de forma-função convencionais e aprendidas, em níveis variados de complexidade. Já Diessel (2013) enfatiza que uma forma particular combinada a um significado particular compõe a construção. Por último, Traugott e Trousdale (2021) defendem que:

As construções são convencionais porque são compartilhadas por um grupo de falantes. Elas são simbólicas porque são signos, associações tipicamente arbitrárias de forma e significado. E são unidades porque algum aspecto do signo é tão idiossincrático (Goldberg, 1995) ou tão frequente (Goldberg, 2006) que o signo é fixado [...] na mente do usuário da língua (Traugott; Trousdale, 2021, p. 25).

Os autores ainda estabelecem que as construções podem ser compreendidas de acordo com suas dimensões no que compete ao tamanho, à especificidade e à conceptualização, dispostas em um *continuum* gradiente com esferas polares e intermediárias, com diferentes níveis de complexidade e abstração. Nos termos de Traugott e Trousdale (2021) temos a seguinte figura abaixo:

Quadro 1 – As dimensões das construções

TAMANHO	Atômica -s	Complexa pagar mico	Intermediária galinha
ESPECIFICIDADE	Substantiva -eiro	Esquemática SPrep	Intermediária Adj + [-mente]
CONCEPTUALIZAÇÃO	Conteudista SN	Procedural embora	Intermediária poder _{MODAL}

Fonte: Versão adaptada de Traugott e Trousdale (2013, p. 13)

Por tamanho, compreende-se que as construções podem ser (i) atômicas (unidades monomorfêmicas), complexas (compostas por expressões) ou intermediárias (unidades simples formadas por derivação), (ii) quanto à especificidade, as construções são substantivas (com *slots* preenchidos), esquemáticas (com *slots* abertos) ou intermediárias (com *slots* preenchidos e abertos) e (iii) quanto à conceptualização, as construções podem ser conteudistas (relacionadas ao léxico), procedurais (relacionadas à gramática) ou intermediárias (mais relacionadas ao *continuum* léxico-gramática, por exemplo, categoria modal). Assim, entende-se que as categorias linguísticas são radiais, isto é, não modulares e não discretas e podem compartilhar suas propriedades em um *continuum*, corroborando com a teoria dos protótipos (Rosch, 1973; 1978; Lakoff, 1987; Taylor, 1995).

Inicialmente introduzida por Rosch na década de 1970 e contrapondo a visão aristotélica clássica de categorização, a teoria dos protótipos elege exemplares típicos e/ou representativos de uma categoria, destacando a flexibilidade e a adaptabilidade cognitiva na categorização de informações, refletindo como a experiência e o contexto influenciam nossa percepção e compreensão do mundo ao nosso redor. Assim, as categorias elegem exemplares centrais que se consolidam por apresentarem características compartilhadas com outros membros, tais como relevância, similaridade e frequência (Frisch *et al*, 2001), com pertencimento graduado a exemplares mais marginais.² Por sua vez, Taylor (1995) aplica a teoria dos protótipos voltada à linguística oferecendo uma visão abrangente e detalhada sobre como os conceitos prototípicos influenciam a maneira como categorizamos e utilizamos a linguagem enfatizando dois pontos, os quais serão destacados a seguir:

(i) Categorizar algo muitas vezes envolve nomeá-lo. De fato, o significado da palavra pode ser tomado como o significado de uma categoria. Conhecer a palavra *árvore* é saber, entre outras coisas, o que conta como *árvore*. Em virtude de conhecer a palavra, somos capazes de aplicá-la corretamente a qualquer coisa que possa ser categorizada como uma *árvore* (em contraste, digamos, a uma moita, um arbusto, ou a um poste de eletricidade) [...]

(ii) Segundo, a língua por si só é objeto de categorização. Como tudo em nosso ambiente, cada enunciado linguístico é um evento único. A linguagem pode ser usada como um meio de comunicação justamente devido à nossa capacidade de reconhecer, no fluxo dos eventos linguísticos, instâncias de categorias linguísticas (Taylor, 1995, p. xi-xii – tradução minha)³.

Por essa perspectiva, as categorias, de modo geral, não são arbitrárias e se baseiam na capacidade cognitiva humana de relacionar semelhanças em domínios perceptuais, inclusive o linguístico. Bybee (2016) defende, ainda, que categorização é o processo cognitivo de domínio geral que atua em conformidade com outros

² A teoria dos protótipos inicialmente proposta por Rosch (1973; 1978) abarca a percepção cognitiva de categorização a partir da nossa percepção de conhecimento de mundo entre domínios naturais e perceptuais. Lakoff (1987) apresenta a teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) que converge psicologia cognitiva com linguística.

³ No original: (i) Categorizing something very often involves naming it. In fact, the meaning of a word can often be taken to be the name of a category. To know the word *tree* is to know, amongst other things, what counts as a *tree*. In virtue of knowing the word, we are able to apply correctly to anything that can be categorized as a *tree* (in contrast, say, to a *bush*, a *shrub*, or an *electricity pylon*) [...]. (ii) Second, language itself is an object of categorization. Like everything else in our environment, every linguistic utterance is a unique event. That language is able to be used as a means of communication at all rests on our ability to recognize, in the flux of language events, instances of linguistic categories – such things as *phoneme*, *words*, *words class*, *clause types*, and so on (Taylor, 1995, p. xi-xii).

processos cognitivos, pois é a partir da capacidade humana de organizar/agrupar conceitos perceptuais distintos que situamos as coisas no mundo e, no que compete à língua/linguagem, categorização diz respeito ao:

emparelhamento de identidade que ocorre quando palavras e sintagmas, bem como suas partes componentes, são a base do sistema linguístico, sejam elas unidades sonoras, morfemas, palavras, sintagmas ou construções. Categorização é de domínio geral, no sentido de que as categorias perceptuais de vários tipos são criadas a partir da experiência, independente da língua (Bybee, 2016, p. 26).

Portanto, compreende-se que gradiência ocorre entre membros de uma mesma categoria, com prototipia (gradiência intracategorial), assim como permite fronteiras difusas entre categorias distintas (gradiência intercategorial).

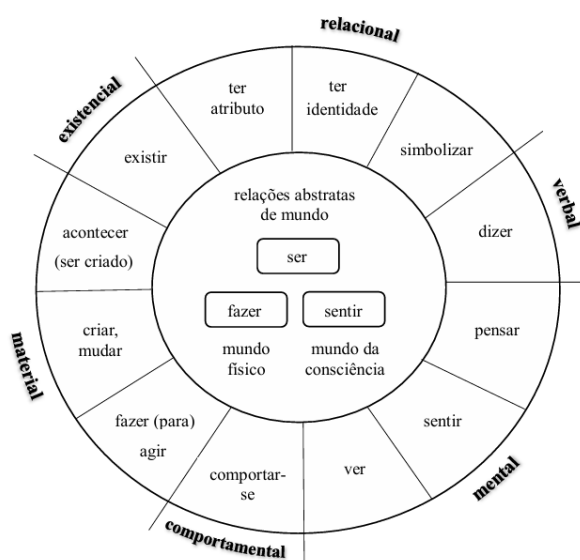
2. TIPOS DE PROCESSO DE SIGNIFICADO

Nos termos da Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday e Matthiessen (2004), a língua/gramática, em diferentes contextos sociais/experiências, opera a serviço de três metafunções principais unificadas no interior da estrutura oracional, a saber: metafunção ideacional, metafunção interpessoal e metafunção textual.

Profícua a este estudo, a metafunção ideacional, linha experiencial da organização do significado, se refere à representação do mundo real e imaginário através dos tipos de processos de significado gerenciáveis pelo sistema da transitividade. Os processos de significado são responsáveis por construir “um domínio da experiência” na configuração do significado expresso pelos constituintes oracionais, ou seja, são “categorias semânticas que explicam de maneira mais geral como os fenômenos de nossa experiência do mundo são interpretados como estruturas linguísticas” (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 178). Assim, são categorizados como material, mental e relacional os três principais tipos de processos de significado, considerando, inclusive, os processos comportamentais, verbais e existenciais como categorias cujas características são compartilhadas e não discretas, sendo situadas em zonas de fronteira entre os processos principais.

Em uma representação semiótica, a figura abaixo elucida os tipos de processos de significado com seus domínios prototípicos, no formato de círculo, com o intuito de demonstrar as fronteiras difusas e cambiáveis entre as categorias. Vejamos a seguir:

Figura 1 - Diagrama dos tipos de processos de significado



Fonte: Versão traduzida de Halliday e Matthiessen (2004, p. 172)

Corroborando com a teoria dos protótipos, observa-se que, ao centro do diagrama, estão dispostos os três principais tipos de processo com seus protótipos linguísticos, do mundo físico (fazer), do mundo da consciência (sentir) e das relações abstratas de mundo (ser), rodeadas por regiões cujas fronteiras são difusas, compondo uma “rede de sistemas” que constrói um espaço semiótico contínuo. Para os autores, essa rede de sistemas é gerenciada por seis tipos de processos:

- (i) processo material: relata ações físicas ou eventos que ocorrem no mundo com processos de fazer/agir/acontecer/criar;
- (ii) processo mental: descreve o mundo da consciência e está relacionado às percepções, reações, emoções e estados de pensamento (cognição) expressos pelos processos de pensar/sentir/ver;

(iii) processo relacional: estabelece a relação entre duas entidades, seja de identificação, seja de atribuição, seja de posse, e são. Geralmente, expressas pelo processo de ser/estar/ter;

(iv) processo verbal: envolve atos de comunicação verbal com processo de dizer/falar/informar;

(v) processo comportamental: situa-se entre os processos materiais e mentais e estão relacionados ao comportamento de entidades animadas, implicando uma ação física que tem um componente mental, como sentir/sonhar/respirar;

(vi) processo existencial: indica a existência de algo tipicamente expresso por processos de haver/existir.

Os tipos de processos de significado ajudam a categorizar e a compreender como diferentes tipos de ações, de pensamentos e de relações são expressos linguisticamente na concepção do significado, em contextos sociais variados, destacando a interconexão entre estrutura gramatical e função comunicativa. Pertinente a este estudo, o processo relacional se caracteriza por sua função de caracterizar e de identificar a relação entre dois participantes da oração, de modo que Part₁ é a entidade que se relaciona com Part₂⁴ (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 214), sendo o Part₂ um sintagma preposicionado (SPrep).

As propriedades fundamentais das orações “relacionais” derivam da natureza de uma configuração de ‘ser’. [...] Nas orações “relacionais”, o “ser” tem duas partes: diz-se que algo “é” outra coisa. Em outras palavras, uma relação de ser se estabelece entre duas entidades separadas. Isto significa que numa oração “relacional” em inglês, há sempre dois participantes inerentes [...] (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 213 – tradução minha)⁵.

Por sua vez, a relação estabelecida entre Part₁ e Part₂ pode ter caráter atributivo ou caráter identificador com proposições intensivas, possessivas ou circunstanciais que definem as categorias do processo relacional, conforme exemplificado abaixo.

⁴ No original: + ‘Be-er1’ + ‘Be-er2’

⁵ No original: The fundamental properties of ‘relational’ clauses derive from the nature of a configuration of ‘being’. [...] In ‘relational’ clauses, there are two parts to the ‘being’: something is said to ‘be’ something else. In other words, a relationship of being is set up between two separate entities. This means that in a ‘relational’ clause in English, there are always two inherent participants [...] (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 213)

Quadro 2 – As categorias dos tipos de processo relacional

	ATRIBUTIVO 'Y está como atributo de X'	IDENTIFICADOR 'Y é a identidade de X'
INTENSIVO 'X é Y'	<i>Sarah is wise.</i> (Sarah é sábia)	<i>Sarah is the leader. / The leader is Sara.</i> (Sarah é a líder. / O líder é Sarah.)
POSSESSIVO 'X tem Y'	<i>Peter has a piano.</i> (Peter tem um piano.)	<i>The piano is Peter's. / Peter's is the piano.</i> (O piano é de Peter. / De Peter é o piano.)
CIRCUNSTANCIAL 'X está em Y'	<i>The fair is on a Tuesday.</i> (A feira é na terça.)	<i>Tomorrow is the 10th. / The 10th is tomorrow.</i> (Amanhã é dia 10. / O dia 10 é amanhã.)

Fonte: Versão traduzida de Halliday e Matthiessen (2004, p. 216)

Importante observar que a principal propriedade que distingue o modo atributivo do modo identificador é a possibilidade de inversão entre Part₁ e Part₂ que as orações identificadoras possuem, diferentemente das orações atributivas, pois se tornam estruturas agramaticais, **A piano has Peter* (inglês) e **O piano tem Peter* (português), por exemplo. Contudo, as categorias compartilham propriedades intensivas, no sentido de que X(Part₁) é Y(Part₂), propriedades possessivas, em que X(Part₁) *tem* Y(Part₂), e propriedades circunstanciais, na relação de X(Part₁) *está em* Y(Part₂).

3. PAPEL SEMÂNTICO AGENTE NA LITERATURA

Fillmore (1968), em sua Gramática de Casos, uma teoria que se vale do conceito de estrutura profunda e de estrutura superficial, estabelece que todos os elementos sintáticos de uma oração possuem um 'caso' (um papel semântico). Por essa perspectiva, um elemento predicator (verbo, por exemplo) seleciona um conjunto de casos gramaticais (argumentos) sendo responsáveis por representarem a estrutura profunda da oração. Vejamos o exemplo:

(08) A Ivete (Sangalo) estava comigo e foi pagar a conta de um restaurante e o garçom disse que era cortesia, ela, então, pegou o cheque e **deu** para o cara. Beto ficou impressionado com a atitude da cantora baiana. (almeidanoticias.com)

Em (08), o verbo dar (na forma de deu) tem como conjunto de casos: um agente (ela = Ivete), um tema (o cheque) e uma meta (o cara [garçom]). Esse conjunto de casos ilustra o que compreendemos como papel semântico e, aqui, o caso agente é atribuído a um ser animado com responsabilidade sobre o ato de agir ou pelo desencadeamento dos processos relativos à predicação.

Dentro do contexto de transitividade, Halliday (1967) define *agente* como o elemento que inicia e executa o processo verbal, sendo o controlador da ação que dispõe energia, sendo geralmente o sujeito da oração. Entretanto, reconhece que o papel de agente em posição inicial na oração pode coocorrer com outros papéis semânticos, por exemplo, o papel de tema, sendo esse o mais apropriado.

A sequência de elementos na oração tende a representar a ordenação temática em vez de ordenação de transitividade do tipo 'agente - ação - objetivo', e isso é particularmente verdadeiro para a função de posição inicial de oração que reflete uma divisão da oração em 'tema' e 'rema' [...] (Halliday, 1967, p. 205 - tradução minha)⁶.

A preferência por tema a agente se dá pela relação de padrão que exemplifica o sujeito marcado, em (09a), e pelo sujeito não marcado, (09b), como exemplificado a seguir.

(09a) My grandfather built these houses. (Halliday, 1967, p. 216)

Meu avô construiu estas casas.

(09b) These houses were built. (Halliday, 1967, p. 216)

Estas casas foram construídas.

Para o autor, o papel semântico tema é informação nova e, se já está inferido contextualmente o sujeito agentivo, esse não necessariamente precisa ser expresso, como em (9b). Importante considerar que em (09a) os papéis semânticos de tema e agente se sobrepõem, perfeitamente previsíveis em orações do português brasileiro

⁶ No original: The sequence of elements in the clause tends to represent thematic ordering rather than ordering in transitivity of the 'actor - action (- goal)' type, and this is particularly true of the function of clause-initial position which reflects a division of the clause into 'theme' and 'rheme' [...] (Halliday, 1967, p. 205).

em seus contextos de uso, o que pode gerar certa confusão e violar o Critério Temático⁷: “(i) cada cadeia tem que receber um e um só papel; (ii) cada papel temático tem que ser atribuído a uma e uma só cadeia” (Mioto *et al*, 2013, p. 144).⁸

Já para Chafe (1970), o verbo é o elemento semântico dominante da estrutura oracional e responsável por determinar o papel de seus argumentos subordinados, mas considera a importância do contexto situacional e salienta a prerrogativa de que os predicados do processo relacional, de estado ou de mudança de estado, selecionam sujeitos pacientes, bem como os predicados do processo material que envolvem ação/atividade selecionam sujeitos agentivos, cuja função cabe àquele que realiza a ação, seja animado, seja inanimado, seja mesmo forças da natureza, diferentemente, de Jackendoff (1972), que é categórico ao afirmar que o papel de agente só pode ser atribuído a sujeitos animados que expressam intencionalidade, esboçando responsabilidade pela ação designada pelo verbo. Por sua vez, para Givón (1995), a participação dos papéis semânticos é orientada pelo verbo da oração/construção e o papel semântico de agente incide sobre o argumento animado que inicia e participa do evento tendo responsabilidade sobre ele.

Por último, Dowty (1989; 1991) reconhece a dificuldade de impor critérios que especifiquem prototipicamente os papéis semânticos e compreende que, por serem categorias fluidas, necessitam de um tratamento não discreto.

[...] sobre papéis temáticos é sugerida pela reflexão de que podemos ter tido dificuldade em definir os tipos de papéis tradicionais porque os tipos de papéis simplesmente não são categorias discretas, mas sim conceitos de *cluster*, como os protótipos de Rosch e seus seguidores (Rosch & Mervis 1975) (Dowty, 1991, p. 571)⁹.

A partir desse entendimento, o autor propõe que o conteúdo semântico dos papéis temáticos se define a partir da família de acarretamentos partilhados por

⁷ Critério Temático (*critério-theta*) é um parâmetro muito utilizado pela Semântica Lexical e aceito por várias correntes linguísticas.

⁸ Cadeia é compreendida, aqui, no âmbito da oração, como o conjunto de elementos (argumentos) que estão correlacionados semanticamente.

⁹ No original: [...] *about thematic roles is suggested by the reflection that we may have had a hard time pinning down the traditional role types because role types are simply not discrete categories at all, but rather are cluster concepts, like the prototypes of Rosch and her followers (Rosch & Mervis 1975) (Dowty, 1991, p. 571).*

argumentos da mesma posição sintática aberta por um verbo e estabelece uma subdivisão dos papéis em dois grupos, Proto-Agente e Proto-Paciente, sendo atribuído a cada grupo uma gama de propriedades. Assim, o grupo dos Proto-Agentes contribui com as propriedades de (i) envolvimento volitivo, (ii) conhecimento e/ou percepção, (iii) causar evento de mudança de estado em outro argumento participante da oração e (iv) movimento relativo à posição de outro argumento participante, considerando, inclusive, para caracterização destas propriedades “associações discursivas de subjetividade” capturadas contextualmente (Dowty, 1991, p. 572). Corroborando com o autor, Ignácio (2007, p. 80) acredita que agente é aquele “que detém a capacidade de desencadear uma atividade ditada pelo verbo” e acrescenta ser pertinente rediscutir o conceito de ação, uma vez que o sujeito pode ser conceituado em termos de atividade, agentividade e causatividade, sob a implicatura de sutis distinções semânticas.

Se fizermos coincidir o termo agente conceito de ação com Agentivo e atrelarmos a esses termos o conceito de ação, então concluímos que só haverá ação quando houver um fazer consciente, intencional/volitivo e controlador por parte de um ser animado e, do ponto de vista filosófico, especificamente humano (Ignácio, 2007. p. 83-84).

Em conformidade com a proposta de Cançado (2003; 2005), Oliveira (2009, p. 111) apresenta um *continuum* de propriedades que caracterizam o agente em termos de escalaridade semântica, conforme ilustrado a seguir.

AGENTE

→

desencadeador,	controle,	intenção,	causa,	afetado,	experenciador
.....(+)			(-)		
Agente prototípico			Agente afetado		

Oliveira (2009) propõe um modelo prototípico de agente, no português brasileiro, com propriedades que o qualificam como tal em diferentes processos/eventos, em que o agente mais prototípico não sofre afetação enquanto que o agente afetado seria o menos prototípico, sendo esse, renomeado como

experienciador agentivo. Contudo, ainda que o *continuum* detenha propriedades muito importantes que, de fato, caracterizam esse papel semântico, também o recategoriza quando afetado, pois, sob essa perspectiva “O sujeito Agente sempre ocorre com verbos de ação/atividade” (Oliveira, 2009, p. 114).

Sendo assim, é certo afirmar que os estudiosos, sejam gramáticos, sejam linguistas, não chegaram a um consenso sobre uma definição do papel semântico agente, pois cada perspectiva teórica aborda um ponto de vista e busca elucidar/responder suas próprias questões. Nesse sentido, à luz do entendimento que a literatura apresenta sobre o papel semântico agente, o quadro abaixo demonstra um compilado das propriedades que um sujeito agentivo pode manifestar, sendo aqui melhor compreendidas como traços de agentividade em medidas escalares e gradientes.

Quadro 3 – Traços de agentividade

TRAÇOS AGENTIVOS	PRESENÇA DO TRAÇO AGENTIVO	AUSÊNCIA DO TRAÇO AGENTIVO
Desencadeamento	+ desencadeador	- desencadeador
Concretude	+ concreto	- concreto
Intencionalidade/volição	+ volitivo	- volitivo
Causatividade	+ causativo	- causativo
Atividade	+ ativo	- ativo
Animacidade	+ animado	- animado
Manipulação	+ manipulador	- manipulador
Responsabilidade	+ responsável	- responsável
Controle	+ controlador	- controlador
Afetação	+ afetado	- afetado

Fonte: Elaborado pela autora.

O rol de propriedades apresentado anteriormente segue a orientação de que o papel semântico agente atribuído ao sujeito da construção pode apresentar variados traços de agentividade. Assim, quanto mais traços o sujeito da construção apresentar, mais próxima ela está do protótipo agentivo e, por conseguinte, a ausência de traços agentivos a coloca em posição mais marginal.

Diante do exposto, o construto a seguir nos apresenta uma construção transitiva agentiva prototípica.

(10) João quebrou o vaso com o martelo. (Cançado, 2005, p. 33; Oliveira, 2009, p. 50)

Em (10), o sujeito João: (i) desencadeou um evento, (ii) tornou o ato concreto - o vaso está quebrado, (iii) segurava o martelo de forma intencional e, portanto, tornou o ato volitivo, (iv) causou o evento, (v) agiu – exerceu uma atividade, (vi) é humano e animado, (vii) manipulou o martelo, (viii) foi responsável pela atividade - tem consciência, (ix) controlou a atividade. O único traço de agentividade que a construção não apresenta é a afetabilidade, pois, nesse caso, João não é afetado pelo martelo.

4. AGENTIVIDADE EM CONSTRUÇÕES PSEUDOPREDICATIVAS DE FINGIMENTO

Diante dos fundamentos teóricos apresentados, esta seção apresenta os traços de agentividade em Construções Pseudopredicativas de Fingimento, as quais correspondem ao processo relacional (Halliday; Matthiessen, 2004), uma vez que a construção é constituída por (i) um *slot* verbal que apresenta um verbo de estado, fingir, bancar, dar, pagar, por exemplo, (ii) um sujeito que assume o seu estado de fingimento, quando o verbo estiver na 1ª pessoa, ou inferido subjetivamente, quando o verbo estiver na 3ª pessoa (veremos essa diferença mais adiante), e (iii) um predicativo de natureza atributiva qualificadora. Assim, as construções de fingimento pertinentes ao processo relacional se diferem das construções do processo comportamental, uma vez que no processo comportamental há ausência da função atributiva, ainda que, em alguns, casos o fingimento possa ser interpretado como comportamento. Também não se enquadram no processo mental, porque as construções de fingimento não necessariamente se referem a entidades dotadas de consciência e podem ser constituídas por entidades inanimadas, via metaforização (também será posto mais adiante). Na rede das construções relacionais, o subesquema de estado fingido apresenta microconstruções que se distanciam do

protótipo, em posição mais marginal, pois, com sujeito agentivo, o “estado fingido só tem lugar no mundo a partir dos próprios atos do sujeito” (Rodrigues-Pinto, 2021, p. 99).

Feitas essas observações, ressaltando a complexidade e a fluidez categorial, faz-se pertinente analisarmos os construtos com enfoque nos traços de agentividade apresentados. Para tanto, os dados de análise foram coletados do Corpus do Português, seção *Web Dialectos*, (Davies, 2006) que possibilita o acesso a mais de um bilhão de palavras de páginas da *internet* com dados escritos na atual sincronia. Por se tratar de uma análise baseada no uso, considera-se todo o entorno contextual dos construtos que podem apresentar significados pragmáticos inferidos. Vamos aos dados.

(11) O que me resta a fazer é não fazer nada, como sempre, e esperar que as horas escoem lentamente e que o meu corpo durma antes de mim, ao peso do cansaço e da mais absoluta monotonia. Deitarei-me como um faquir sobre os espinhos do meu leito - bela imagem, sem dúvida - apagarei a luz, rezarei um padre-nosso (eu que não creio em Deus nem creio que ele possa crer em mim) e **fingirei de morto** por algum tempo, só respirando e deixando que me bata o coração, por via das dúvidas. (palavraguda.wordpress.com)

O sujeito animado, em 1ª pessoa, manipula e assume intencionalmente seu estado fingido, sendo o causador e o desencadeador da atividade de se pôr deitado, tal como um morto, com controle e responsabilidade, logo, sendo afetado pelo seu estado fingido, porém não o tornando concreto. Assim, em medidas escalares, o agente é: + desencadeador, + causativo, + ativo, + animado, + responsável, + controlador, + manipulador, + afetado, + volitivo e - concreto.

(12) Devemos cobrar que os ônibus intermunicipais também baixem suas tarifas e o trabalhador, que se desloca de uma cidade a outra diariamente, possa pagar menos pelo valor da passagem. Não pode o governador achar que a coisa não é com ele e **fingir-se de desentendido**. (diariodeguarulhos.com.br)

(13) Ela tem um PUTA silicone e quer falar de naturalidade a mulher? Quis **pagar uma de sou natural**. Ah, por favor. hahahaha E se fosse pra ser natural, porque não deixaram a axila e as pernas peludas também? (opesquisadorcristao.com.br)

Está posto, em (12), que a tarifa cobrada pelo transporte intermunicipal está muito cara, sendo o governador responsável por tomar uma atitude que resolva o problema em prol dos trabalhadores, contudo foi omissos em seu fingir-se de desentendido diante da questão. Aqui, o sujeito o governador desencadeia e causa o evento de fingir o seu próprio estado, pois ser omissos é uma atividade exercida por um humano animado (afinal, não fazer nada também é fazer alguma coisa) que assume a responsabilidade e tem controle sobre a decisão de se manter inerte/omissos, manipulando e sendo afetado pelo seu estado. Entretanto, não torna o seu estado fingido concreto e, por ser uma construção com verbo na 3ª pessoa, parte-se do pressuposto de que o estado fingido é uma percepção do interlocutor, logo, não sendo possível afirmar se houve intencionalidade/volição. Igualmente em (13), o interlocutor, em 3ª pessoa, parte da sua subjetividade e afirma que o sujeito 'ela' quis pagar uma de sou natural, porém sem a certeza de que foi intencional e a denúncia, ao expor que ela tem prótese de silicone (nos seios?), sendo essa a justificativa para inferir o estado fingido que não é concreto, mas é desencadeado por um agente humano animado e responsável que causa e manipula a percepção no outro de que, embora queira assumir uma postura natural, o ato/atividade de ter colocado silicone não corresponde com isso. Dessa forma, tanto em (12) quanto em (13), o agente em 3ª pessoa apresenta os seguintes traços de agentividade: + desencadeador, + causativo, + ativo, + animado, + responsável, + controlador, + manipulador, + afetado, - volitivo e - concreto.

Por outro lado, quando o sujeito se apresenta em 1ª pessoa, os traços de agentividade da construção podem se alterar.

(14) Ou talvez eu tenha sido um tanto machista, quis **dar uma de mulher livre**, que fala suas vontades, mas talvez tenha pensado que, por ele ser homem, tinha obrigação de querer transar logo. (aumagic.blogspot.com)

(15) No meu aniversário de 7 anos eu quis **dar uma de machinho** e gritei pra minha mãe que não queria cantar "Parabéns pra vc". (naosalvo.com.br)

Em (14), a construção com sujeito humano animado em 1ª pessoa assume a responsabilidade de seu estado fingido intencional, quando desencadeia e causa o evento de querer dar uma de mulher livre ao exercer uma atividade controlada de falar suas vontades, manipulando e sendo afetada por seu estado, bem como em (15), em que o agente eu, humano animado, provoca a causa e é afetado pelo seu estado fingido de dar uma de machinho, controlando e manipulando intencionalmente a atividade de gritar na recusa de cantar. Juntamente a isso, assume-se a responsabilidade pelo ato que desencadeia o seu estado fingido, porém o agente eu, em (14) e em (15), não torna concreto o estado fingido, apresentando os seguintes traços de agentividade: + desencadeador, + causativo, + ativo, + animado, + responsável, + controlador, + manipulativo, + afetado, + volitivo e - concreto.

As Construções Pseudopredicativas de Fingimento podem, inclusive, cotejar um sujeito agentivo não humano, em (16), ou inanimado, em (17), atribuindo-lhe o rol de propriedades semânticas que o caracteriza/qualifica via extensão metafórica.

(16) Quem você acha que levou a melhor? Um milhão e meio de pessoas já assistiram esse vídeo onde um gatinho vai **dar uma de esperto** com uma cobra. Apesar de serem dois animais de reflexos superrápidos e do gato ter pego a cobra, pelo comportamento do bichano acredito que ele foi picado, o que você acha? (petrede.com.br)

(17) O lanche pode até ser bom, a hipocrisia da parada é **pagar de lanchonete diferente**... até chegar a atendente *suicide girl*? (papodehomem.com.br)

Fica subentendido que o agente, em (16), um gatinho, não humano e animado, interage com uma cobra, desencadeando e manipulando a atividade de pegá-la, sendo, inclusive, afetado pela picada e causando o seu estado fingido, ao passar uma imagem de corajoso e de 'esperto'. Por se tratar de um animal irracional, o sujeito da construção não carrega o traço responsabilidade e controle, pois não é possível prever

a intenção de querer ser aquilo que não é, ou seja, provocar seu próprio estado fingido e torná-lo concreto. Em decorrência disso, os traços de agentividade presentes são: + desencadeador, + causativo, + ativo, + manipulativo, + afetado, + animado (- humano), - responsável, - controlador - volitivo e - concreto.

No que diz respeito ao exemplo (17), o sujeito não humano e inanimado – a hipocrisia da parada – remete a um estabelecimento comercial que serve lanche, mas que não é uma lanchonete diferente e, portanto, no julgamento do interlocutor, é hipócrita. Diante do contexto, fica claro que o sujeito é afetado e há intenção com responsabilidade de causar/provocar o estado fingido, sendo desencadeado e manipulado pela atividade de servir lanche. A partir dessa análise, constatamos que os traços de agentividade presentes são: + desencadeador, + causativo, + ativo, + responsável, + controlador, + manipulativo, + afetado, + volitivo, - animado e - concreto.

Efetivamente, ambas as construções mantêm o sentido de fingimento devido à natureza atributiva da construção que é estabelecida pelo elo de extensão metafórica que permite a indivíduos + humanos ou - humano e + animados ou - animados fingirem um estado ao assumirem o rol de propriedades que lhe são atribuídas.

Além disso, o sujeito também pode negar o seu estado fingido como estratégia de preservação da face para amenizar a impressão que o outro possa construir diante de um ato, de uma fala ou de outra atividade. Vejamos mais um exemplo na sequência.

(18) E, como o próprio Facebook explica, para bloquear convites de um amigo específico, clique no *link* “Ignorar todos os convites deste amigo”, embaixo da solicitação mais recente. Bloquear convites de eventos. Não é querendo **bancar o anti-social**, mas quem recebe convites de eventos a todo momento no *Facebook* acaba se irritando com tanto conteúdo sem serventia. Se você tem amigos que vivem te convidando para eventos que nada têm a ver com seu gosto ou sua rotina, não pense duas vezes: bloqueie todos os convites que partirem destas pessoas. (brlivre.com.br)

O propósito comunicativo do falante, em (18), é não querer que pensem que ele/a é antissocial diante da sua recomendação de bloquear amigos em redes sociais, mas assume a responsabilidade com controle de dar sua opinião (escrever no *blog*), manipulando o/a ato/atividade e, assim, causando e desencadeando seu estado fingido. Entretanto, diante da negativa, o sujeito animado deixa evidente que não tem intenção de bancar o antissocial e nem de ser afetado; logo, os traços de agentividade presentes são: + desencadeador, + causativo, + ativo, + animado, + responsável, + controlador, + manipulativo, - volitivo, - afetado e - concreto.

Portanto, diante dos dados analisados neste artigo, podemos considerar que eles contribuem com uma pequena amostra de usos e indicam um caminho de pesquisa para a análise do papel semântico agente, especificamente, em construções não prototípicas. Isso acontece porque a presença de traços de agentividade em construções do processo relacional provoca muitos questionamentos e proporciona grandes desafios para sua descrição analítica. Assim, ao considerarmos que as categorias são gradientes e fluídas, isso garante um tratamento holístico para a conceitualização e para a descrição dos papéis semânticos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura apresenta um vasto estudo sobre os papéis semânticos sob diferentes enfoques teóricos, mas se restringe a análises que consideram construções fora do contexto de uso, além de rotular características/aspectos dentro de um modelo prototípico, comprometendo a descrição do objeto de pesquisa.

Nesse sentido, o enfoque deste trabalho foi demonstrar que a categoria do processo de significado relacional pode conter construções em que o sujeito apresenta traços de agentividade, postos em medidas escalares, uma vez que as categorias são radiais e possuem propriedades compartilhadas entre si.

As Construções Pseudopredicativas de Fingimento denotam um estado fingido que só é perceptível diante de alguma atividade e/ou ato exercido pelo sujeito, animado ou inanimado, sendo este estado assumido, quando em 1ª pessoa, ou inferido pragmática e subjetivamente pelo interlocutor, quando em 3ª pessoa. Sendo assim, é possível concluir que o estado fingido corresponde a um modo de ser, uma

tentativa de mostrar ser algo que não é ou, ainda, uma postura de passar-se por que é desencadeada por uma atividade que pode ser controlada com responsabilidade, quando o agente é dotado de consciência, por exemplo. Além disso, o sujeito agentivo pode causar e manipular seu estado fingido intencionalmente, provocando sua afetação, contudo o traço concretude é sempre ausente, uma vez que a atividade que resulta no estado fingido pode ser concreta, mas o estado fingido em si não.

Nesse sentido, a proposta de análise aqui apresentada provoca a comunidade acadêmica a voltar a atenção para o enfoque das propriedades acerca dos papéis semânticos, no caso, o papel de agente, considerando o entorno contextual precursor para sua definição e categorização.

REFERÊNCIAS

- BYBEE, J. **Linguagem, uso e cognição**. Trad. de Angélica Furtado da Cunha. 1. edição, São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- CANÇADO, M. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (Org.). **Semântica formal**. São Paulo: Editora Contexto, p. 95-124, 2003.
- CANÇADO, M. Posições argumentais e propriedades semânticas. In: **D.E.L.T.A.**, v. 21, n.1, p.23-56, 2005.
- CANÇADO, M. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- CHAFE, W. **Meaning and the structure of language**. Chicago: Chicago University Press, 1970.
- CROFT, W. **Radical Construction grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W. Logical and typological arguments for Radical Construction Grammar. In: ÖSTTMAN, J-O.; FRIED, M. (Org.). **Constructions grammars**: cognitive grounding and theoretical extension. Amsterdam: Benjamins, p. 273-314, 2005.
- DAVIES, M. **Corpus do Português**: 45 milhões de palavras, 1300s-1900s, 2006. Disponível online em: <https://www.corpusdoportugues.org> . Acesso em: 01 jun. 2024.
- DIESSEL, H. Construction Grammar and First Language Acquisition. In: HOFFMANN, T; TROUSDALE, G. (Org.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, p. 346-364, 2013.

DOWTY, D. R. On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role. *In*: Chierchia, Partee e Turner (Org.). **Properties, types and meaning**. Studies in Linguistic and Philosophy, 2: Semantic Issues. Daordrecht: Kluver, p. 69-129, 1989.

DOWTY, D. R. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. **Language**. Linguistic Society of America. [S. l.], v. 67, n. 3, p. 547-619, 1991. Disponível on-line em: <https://muse.jhu.edu/article/452429/summary> . Acesso em: 25 jun. 2024.

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FERREIRA, B. G. P. **Construção relacional**: estado, mudança e resultado. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

FILLMORE, C. The case for case. *In*: BACH, E.; HARMS, R. (Org.). **Universals in linguistie theory**. New York: Hait, Rinnehart and Winston, p. 01- 88, 1968.

FRISCH, S. A.; LARGE, N. R.; ZAWAYDEH, B.; PISON, D. B. I. Emergent phonotactic generalizations in English and Arabic. *In*: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Org.). **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 159-180, 2001.

GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions**: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions**: a new theoretical approach to language. Trends in Cognitive Science. [S. l.], vol. 7. n. 5, p. 219-224, 2003.

GOLDBERG, A. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. Notes on Transitivity and Theme in English. *In*: **Journal of Linguistics** 2 and 3. [S. l.], 1967.

IGNÁCIO, S. E. Ação, agentividade e causatividade em estruturas oracionais de ação-processo. *In*: **R(CON)TEXT. LING**. Vitória, n.1, p. 79-86, 2007.

JACKENDOFF, R. **Semantic Interpretation in generative grammar**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1972.

KEMMER, S.; BARLOW, M. **Usage Based Models of Language**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

LAKOFF, G. **Women fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

OLIVEIRA, M. F. **O agente e o paciente em língua portuguesa**: caracterização em propriedades semânticas e estatuto diacrônico. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

RODRIGUES-PINTO, K. R. **Construções relacionais de fingimento com os verbos "pagar" e "dar"**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2021.

RODRIGUES-PINTO, K. R. **Construção Pseudopredicativa de Fingimento [V_{rel}+(X/ø)+de+Predt] ↔ [atributiva] no português brasileiro**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2026.

ROSCH, E. H. Natural categories. *In: Cognitive Psychology*. [S. l.], n. 4, p. 328-350, 1973.

ROSCH, E. H. Principles of categorization. *In: ROSCH, E. H.; LLOYD, B. B. (Org.). Cognition and categorization*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, p. 27-48, 1978.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization**: prototypes in linguistic theory. Oxford: Clarendon Press, 1995.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. **Construcionalização e mudanças construcionais**. Trad. de Taísa Peres de Oliveira e Angélica Furtado da Cunha. 1ª edição, Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

Sobre a autora**Kátia Roberta Rodrigues-Pinto**

Pós-doutoranda, doutora e mestra pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) em Letras-Estudos Linguísticos, com doutorado sanduíche pela Universiteit Gent, Bélgica (2024), com ênfase de pesquisa em produtividade diacrônica e sincrônica. Possui interesse de pesquisa por variação/variantes linguísticas em línguas lusófonas, adotando o aporte teórico-metodológico dos Modelos Baseados no Uso, mais precisamente da Gramática de Construções Baseada no Uso, Análise Colostrucional e Produtividade Hapax Legomena. É integrante dos grupos de pesquisa D&G (Discurso e Gramática/UFRN); GESF (Grupo de Estudos Sociofuncionalistas) e Funcional (Funcionalismo, texto e ensino).